



LEI ORDINÁRIA Nº 46

de 26 de novembro de 1951

**Cria, como órgão e prático, junto ao Gabinete do Prefeito, a
SECÇÃO DE FOMENTO AGRÍCOLA (S. F. A.), protegendo o
pequeno produtor e dá outras providências.**

*A CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a
seguinte Lei:*

Art. 1º..

*Fica o Poder Executivo autorizado a criar e instalar, junto ao Gabinete do
Prefeito e por este diretamente superintendida, a SECÇÃO DE FOMENTO
AGRÍCOLA (SFA).*

Art. 2º..

A finalidade da Secção de Fomento Agrícola (SPA) será:

a).

*Promover o desenvolvimento da pequena agricultura dentro do
Município, por todos os meios ao seu alcance;*

b).

*dar assistência material ao pequeno produtor, fornecendo-lhe arados,
grades, cultivadoras e compartimentos agrícolas, como também adubos e
meios de combater as pragas e insetos nocivos pelo preço de custo e com
facilidade de pagamento;*

c).

*distribuir, gratuitamente, sementes ou grãos de cereais, legumes e
verduras, acooçoando dessa forma o desenvolvimento do plantio nas
áreas cultiváveis próximas a cidade;*

d).

Localizar terras apropriadas ao plantio e cultivo de verduras e legumes, os pequenos agricultores que provarem excepcionais capacidades de trabalho;

Art. 3º..

Para o cumprimento das alíneas a, b, c e d, devera a Prefeitura desapropriar as terras que forem classificadas como cultiváveis por técnico de comprovada capacidade profissional, desde que as mesmas sejam dentro do perímetro suburbano da cidade.

Art. 4º..

Os pequenos produtores para ter direito precário sobre as terras de que trata o Art. 3, desta Lei, deverão ser inscritos no S.F.A. em livro próprio onde conste o seu nome, idade, naturalidade, estado civil, antecedentes profissionais, passados por pessoas idôneas, do modo a ficar bem clara a sua idoneidade.

Art. 5º..

As terras cedidas de acordo com o Art. 3, serão a título precário pelo espaço da 5 (cinco) anos, findo e qual, provada a capacidade de trabalho do seu possuidor, ser-lhe-a concedidos o título de posse, sem mais ônus.

Art. 6º..

O pequeno agricultor beneficiado por esta Lei, fica impedido de vender o produto de seu labor a intermediários, facultando-lhe a Prefeitura a venda em Mercados ou Feiras livres nos quais terá completa isenção de impostos municipais.

Art. 7º..

Para o fiel cumprimento desta Lei, fica a poder Executivo autorizado a baixar os regulamentos e atos que achar convenientes.

Art. 8º.. *Revogam-se as disposições em contrário.*

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, 26 de

NOVEMBRO DE 1 951.

ONÉSIMO VALEZ DO ESPÍRITO SANTO *Presidente*

Lei Ordinária Nº 46/1951 - 26 de novembro de 1951

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em